

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.625 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 2002

Congresso aprova Orçamento que permite mínimo de R\$ 240

Proposta votada ontem reserva R\$ 4,377 bilhões para garantir aumento do salário mínimo no ano que vem. Investimentos públicos federais são estimados em R\$ 14,2 bi, enquanto o combate à fome conta com R\$ 2,5 bi



Senadores e deputados aprovaram ontem o substitutivo do senador Sérgio Machado à proposta de Orçamento da União para 2003. O texto aprovado prevê, em relação à mensagem original do governo, uma elevação de 93,2% nos níveis dos investimentos públicos federais. A nova proposta, que foi enviada à sanção do presidente da República, incorporou 7.590 emendas parlamentares, que devem mobilizar R\$ 9,1 bilhões.

PÁGINAS 4 E 5

Ao lado de Carlos Wilson, o presidente do Senado e do Congresso, Ramez Tebet, cumprimenta Sérgio Machado, relator-geral do Orçamento

Municípios podem cobrar por iluminação pública

PÁGINA 3

Senado vai publicar História do Direito

O presidente do Senado, Ramez Tebet, assinou convênio com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), representado pelo ministro Nilson Naves, para a edição de grandes obras de Direito Civil e Penal. A coleção se intitula "História do Direito Brasileiro".

PÁGINA 2



Senadores aprovaram contas de sete anos da Presidência da República

Plenário vota contas dos governos Itamar e FHC

PÁGINA 3

Balanco do ano mostra que Senado priorizou a área social

As votações do Senado em 2002 deram prioridade ao controle dos gastos públicos e à destinação de recursos para áreas sociais e regiões desfavorecidas. É o que mostra balanço das atividades do ano, no Plenário e nas comissões, que o *Jornal do Senado* começa a publicar hoje e conclui na edição de segunda-feira.

PÁGINAS 9 A 12

Convênio viabiliza coleção de história do Direito

Importantes obras nas áreas civil e penal serão editadas em decorrência de acordo assinado pelo Senado e STJ. Tebet destaca importância da iniciativa para desenvolvimento da cultura e preservação da memória nacional

O presidente do Senado, Ramez Tebet, assinou ontem de manhã convênio com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), representado pelo ministro Nilson Naves, para a edição de grandes obras de Direito Civil e Penal que comporão a coleção intitulada "História do Direito Brasileiro". O ato, realizado no gabinete da Presidência, foi acompanhado pelo senador José Sarney (PMDB-AP), integrante do Conselho Editorial do Senado, responsável pela execução do projeto; pelo diretor-geral da Casa, Agaciél da Silva Maia; e pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro.

Segundo afirmou Ramez Tebet, a assinatura do convênio, acertado pelo presidente do Conselho Editorial, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), está inserida em programa desenvolvido pelo Senado voltado para o desenvolvimento da cultura, da preservação da memória nacional e de aproximação do cidadão com o Legislativo.

— A edição desses livros pelo Senado, por meio de convênio com o Superior Tribunal de Justiça, é mais um aprimoramento no campo em que vem atuando a Casa, cuidando da cultura, da memória e de inculcar no jovem o espírito de cidadania, de participação e de gosto pela política — afirmou o senador.

No âmbito do Direito Civil serão publicadas, inicialmente, dez obras, entre elas o *Direito das Coisas*, de Clóvis Bevilacqua; *Instituições de Direito Civil Brasileiro*, de Lourenço Trigo Loureiro; e *Consolidação das Leis Cíveis*, de Augusto Teixeira de Freitas. Na área do Direito Penal, serão editados *Estudos de Direito*, de Tobias Barreto; e *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*, de Antônio José da Costa.



Sarney, Tebet e Naves participam da reunião em que foi assinado o convênio com o STJ

Lobão pede esforço permanente em busca do aprimoramento da cidadania

O senador Edison Lobão (PFL-MA) destacou a evolução das eleições livres e democráticas no país e considerou "um espetáculo de democracia" oferecido pelo Brasil ao mundo o comparecimento em massa de milhões de eleitores para votar em outubro. Ele sugeriu que os parlamentares continuem se esforçando para aprimorar os direitos de cidadania.

Lobão lembrou que o processo eleitoral brasileiro nem sempre foi assim. Algumas características da cena eleitoral do Império, na qual mulheres não podiam votar e somente os possuidores da renda indicada pela Constituição tinham direito a funções como as de deputados e regentes, foram citadas pelo senador como exemplos da falta de participação política da so-

cidade que o país já vivenciou.

O voto secreto e o voto feminino conseguidos após a Revolução de 30 e a criação definitiva do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 1945, segundo o senador, são exemplos de conquistas políticas que tornaram o processo eleitoral brasileiro livre de fraudes e abusos,

além de mais democrático.

— É claro, no entanto, que não podemos nos acomodar — disse Lobão. O senador afirmou que a democracia é um processo em constante desenvolvimento e sugeriu que, na próxima legislatura, os parlamentares dediquem atenção a projetos sobre o tema.



José Cruz

Lobão afirma que processo eleitoral brasileiro é livre de fraudes e abusos

Jucá apóia debate sobre problemas das cidades

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) manifestou preocupação com o desenvolvimento sustentável, destacando a realização do fórum "Carta da Terra para uma Cidade mais Segura", em Joinville (SC). Segundo Jucá, o encontro serviu para discutir o meio ambiente e a melhoria das condições de vida das nossas cidades. Principalmente em relação a infraestrutura urbana, segurança pública e serviços de saúde, educação, habitação e saneamento.

— A participação de movimentos sociais e comunitários nos debates de políticas públicas relacionadas com a Carta da Terra representa



Roosevelt Pinheiro

Jucá: preocupação com desenvolvimento sustentável

passo importante para a discussão dos principais problemas das cidades modernas — afirmou.

O senador disse que as questões relacionadas com o meio ambiente só transformam a realidade prática quando passam a fazer parte do cotidiano e das políticas federais, estaduais e municipais.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Municípios podem cobrar por iluminação pública

Congresso Nacional promulga a Emenda Constitucional nº 39, resultante de proposta de Álvaro Dias, que permite aos municípios e ao Distrito Federal instituir contribuição para custear esse serviço

Reunido ontem, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 39, destinada a permitir que os municípios e o Distrito Federal instituíam contribuição para custear serviço de iluminação pública.

Para cobrar essa contribuição, esses entes da Federação terão que se ater ao princípio constitucional de não cobrar tributo com efeito de confisco, nem fixá-lo para o mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que o instituiu. Assim, para que os municípios possam cobrar a contribuição já em 2003, é necessário que as prefeituras consigam aprovar ainda este ano um projeto de lei nas câmaras municipais.

A mesma emenda constitucional faculta a cobrança dessa contribuição na fatura de consumo



Fotos: José Cruz

Medida proposta por Álvaro Dias entra em vigor com publicação no *Diário Oficial*

de energia elétrica. A proposta que resultou nessa emenda foi apresentada pelo senador Álvaro Dias (PDT-PR). A medida está em vigor a partir de hoje, com sua publicação no *Diário Oficial*.

Aprovados últimos créditos especiais e suplementares

O Congresso Nacional aprovou ontem os últimos créditos especiais e suplementares para 2002, solicitados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao todo, os novos créditos somam um total de R\$ 10,25 bilhões, destacando-se R\$ 4,88 bilhões para os Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego; R\$ 3,59 bilhões para a Petrobras e R\$ 756 milhões para a Eletrobrás.

Também foram beneficiadas com créditos suplementares e especiais várias outras áreas, como os Ministérios da Fazenda, com R\$ 195,3 milhões; Ciência e Tecnologia e Relações Exteriores, com R\$ 105,2 milhões; Meio Ambiente e Integração Nacional, com R\$ 97,8 milhões; órgãos do poder

Judiciário e Ministério Público da União, com R\$ 78,5 milhões; e a Justiça Federal e a Justiça Eleitoral, com R\$ 74,4 milhões. Foi aprovado também crédito suplementar de R\$ 250 milhões, que serão transferidos pela União para os estados, Distrito Federal e municípios.

O Congresso aprovou ainda uma série de projetos de decretos legislativos dispendo sobre a execução orçamentária de 2002 com relação a obras embargadas por auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sendo que 30 delas terão sua execução reiniciada. As obras vão desde prédios para abrigar penitenciárias, em diversos municípios, até pequenos açudes e pavimentação de estradas de rodagem.

Plenário acolhe autorizações para 86 rádios comunitárias

Na última sessão deliberativa do ano, o Senado aproveitou para finalizar o processo de autorização para funcionamento de 86 rádios comunitárias em diversos estados do país. Os projetos de decreto legislativo, que já haviam sido aprovados pelos deputados, serão agora promulgados pela Mesa do Congresso Nacional.

Os senadores também aprova-

ram os atos do Ministério das Comunicações que renovam a concessão da Fundação Dom Joaquim, de Tefé (AM), para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, e outorgam permissão à Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda., de Cajazeiras (PB), para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Senado cumpriu dever, afirma Tebet

Ao apresentar um balanço das votações realizadas no período de convocação extraordinária, que se iniciou na terça-feira passada, o presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou na sessão de ontem que a Casa cumpriu seu dever e não deixou nenhuma matéria pendente, votando a tempo as propostas que constavam da pauta.

Tebet disse ainda que o Senado aprovou matérias da mais alta relevância para a continuidade político-administrativa do país. Ele agradeceu aos senadores pela colaboração que deram ao Brasil e pela compreensão com eventuais equívocos da Mesa, elogiou os funcionários que assessoram os trabalhos do Senado, em especial a Secretaria Geral da Mesa, e desejou a todos votos de felicidade.

— Peço a Deus que derrame suas bênçãos sobre nossas famílias e, por extensão, a todas as famílias brasileiras.

Leia balanço das atividades do Senado nas páginas 9 a 12

Matérias apreciadas pelo Senado Federal durante a autoconvocação do Congresso (17 a 19 de dezembro)

Projeto de lei de conversão aprovado e encaminhado à sanção	1
Medidas provisórias aprovadas e encaminhadas à promulgação	2
Indicações de autoridades (presidente do Banco Central, defensora pública-geral da União, ministro do Tribunal Superior do Trabalho e dois membros da Comissão de Valores Mobiliários)	5
Indicação de embaixador	1
Projetos de lei da Câmara instruídos, votados e encaminhados à sanção	7
Projeto de lei do Senado aprovado pelo Plenário e enviado à Câmara	1
Projetos de lei do Senado aprovados pelas comissões em decisão terminativa e encaminhados à Câmara (quatro ainda em prazo para interposição de recurso)	6
Projetos de resolução referentes a autorização para contratação de operações de crédito externo	2
Projetos de decreto legislativo referentes a aprovação de contas do presidente da República aprovados e encaminhados à promulgação	8
Projetos de decreto legislativo referentes a concessões de serviços de radiodifusão	102
Total de matérias aprovadas	135
Proposta de emenda à Constituição com a discussão avançada em três dias	1

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Contas de Itamar e FHC recebem aprovação

Em regime de urgência, o Plenário do Senado acolheu sete projetos de decreto legislativo que aprovam as contas da Presidência da República de 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 2000 e 2001, com base em relatório da Comissão Mista de Orçamento. Elas se referem aos gastos públicos efetuados em um ano da administração do presidente Itamar Franco (1993)

e em seis anos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Na véspera, os senadores haviam aprovado as contas de 1999. As contas de 1994 receberam a concordância do Congresso em decreto legislativo de 1996.

Na sessão de ontem, o Plenário avançou na tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Tião Viana (PT-AC)

que determina que as votações no caso de perda de mandato de deputado e senador devem ser abertas. Atualmente, as decisões são tomadas por voto secreto.

Os senadores também decidiram, ao aprovar requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), retirar de pauta e adiar a votação da PEC que altera a destinação do salário-educação.

Apiacás deve ter floresta nacional

Após a aprovação de requerimento de urgência, o Senado aprovou o projeto de lei da Câmara que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a receber, como pagamento, imóvel rural no município de Apiacás (MT). Segundo a proposta, que vai à sanção presidencial, o imóvel deve ser avaliado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a área deve ser transformada em floresta nacional.

Também graças a requerimento de urgência, os senadores aprovaram projeto de lei de Ricardo Santos (PSDB-ES) que reduz as taxas de foro cobradas dos ocupantes de imóveis da União dos atuais 0,6% para 0,3% do chamado valor do respectivo domínio pleno, que é atualizado anualmente.

A proposta unifica a taxa de ocu-



Projeto de Ricardo Santos unifica taxa de ocupação de imóvel

pação dos terrenos da União em 1% (hoje com alíquotas diferenciadas de 1%, 2% e 5%) e reduz de 5% para 1% o laudêmio recolhido na transferência do domínio útil dos imóveis e sobre as benfeitorias nos terrenos da União. O laudêmio é a pensão ou prêmio que o ocupante paga à União, no caso de alienação do imóvel.

ORÇAMENTO

Proposta aprovada garante mínimo de R\$ 240

Em seu último dia de trabalho do ano, o Plenário do Congresso Nacional aprovou ontem o substitutivo do senador Sérgio Machado (PMDB-CE) à proposta de Orçamento da União para 2003, prevendo, em relação à proposta original do governo, uma elevação de 93,2% nos níveis dos investimentos públicos federais para o próximo ano. A nova proposta, que seguiu para sanção do presidente da República, incorporou 7.590 emendas parlamentares, que vão mobilizar, no próximo ano, dentro das diversas rubricas orçamentárias, R\$ 9,1 bilhões.

Conforme o substitutivo aprovado, deverá ocorrer, em 2003, acréscimo de R\$ 24,788 bilhões nas receitas primárias federais (de impostos, taxas e contribuições), dos quais R\$ 4,341 bilhões serão transferidos para os estados.

O governo havia estimado uma receita primária, para 2003, de R\$ 327,939 bilhões (23,19% do

Produto Interno Bruto - PIB), valor que foi reestimado, na Comissão Mista de Orçamento, para R\$ 352,727 bilhões (23,52% do PIB).

Graças ao trabalho de mobilização de recursos feito na madrugada e na manhã de ontem, a comissão conseguiu, ainda, elevar os investimentos públicos em 2003, de R\$ 13,649 bilhões, conforme constava do último parecer do relator, para R\$ 14,2 bilhões.

A proposta original, enviada pelo governo ao Congresso, previa um total de investimentos públicos para 2003 de somente R\$ 7,350 bilhões. Entretanto, por conta da reestimativa das receitas e dos remanejamentos realizados, o Legislativo conseguiu elevar o nível dos investimentos públicos para 2003 em 93,2%, beneficiando setores prioritários, destacando-se, entre eles, segundo o relator Sérgio Machado, a saúde, a educação e os transportes. A área social deverá receber injeção

extra de investimentos de R\$ 9,5 bilhões, graças ao trabalho do Legislativo – assegura o relator.

A nova proposta reservou R\$ 4,377 bilhões para garantir um salário mínimo de pelo menos R\$ 240; assegurou R\$ 2,5 bilhões para o combate à fome; e destinou mais R\$ 1 bilhão para o Sistema Único de Saúde (SUS) em todos os estados, beneficiando aqueles que recebiam menos por gasto *per capita*.

Nunca o Congresso Nacional conseguiu valor tão expressivo numa reestimativa de receitas, como ocorreu desta vez, lembrou Sérgio Machado. Ele explicou que grande parte dessa conquista deve ser atribuída à autonomia dada pelo senador Ramez Tebet à comissão, para que ela de-



Na última reunião do ano, o Plenário do Congresso aprovou a proposta orçamentária para 2003 na forma de substitutivo do senador Sérgio Machado

envolvesse seus trabalhos, e aos métodos flexíveis implantados pelo presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Em números globais (incluindo

rolagem da dívida pública, pagamento de juros e amortização), as despesas totais do Orçamento da União para 2003 foram revistas de R\$ 1,009 trilhão para R\$ 1,036 trilhão.

Combate à fome dispõe de R\$ 2,5 bilhões

Antes da votação no Plenário do Congresso, o substitutivo do relator-geral, senador Sérgio Machado, à proposta orçamentária da União para 2003 passou pelo crivo da Comissão Mista de Orçamento. Foram sete horas ininterruptas de debates e negociações, culminando com a votação às 9h10 de ontem.

A proposta do relator-geral buscou atender as prioridades sociais do novo governo, de combate à fome e aos desequilíbrios regionais; garantir o reajuste do salário mínimo para R\$ 240; e reforçar os investimentos públicos para o próximo ano.

O projeto encaminhado ao Congresso, em agosto, pelo governo federal previa uma receita primária (de impostos, taxas e contribuições) para 2003 de R\$ 327,939 bilhões, correspondendo a 23,19% do Produto Interno Bruto (PIB). Depois de reavaliar a receita orçamentária, substituindo projeções pela inflação realmente verificada até outubro, considerar as novas estimativas divulgadas pelo Banco Central para novembro e dezembro, e contar com medidas que melhoraram o caixa da União, a comissão identificou um acréscimo de R\$ 24,788 bilhões. A receita primária foi então reestimada para R\$ 352,727 bilhões, aumentando a participação no PIB para 23,52%.

Esse reforço de caixa permitiu que os investimentos públicos federais pudessem ser elevados de R\$ 7,350 bilhões para R\$ 13,649 bilhões. Permitiu também, segundo o relator, a criação de uma reserva especial de R\$ 4,377 bilhões para assegurar o reajuste do salário mínimo para R\$ 240. Também foi possível realizar melhor distribuição regional dos recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS), além de reforçar o orçamento das universidades e da área de transportes, habitação popular e saneamento básico.

O trabalho de revisão orçamentária feito pela comissão também vai possibilitar que o próximo governo disponha de pelo menos R\$ 2,5 bilhões para o combate à fome e que os estados e os municípios recebam mais R\$ 4,341 bilhões

na forma de “transferências federais”.

Até o valor nominal do superávit primário do governo central (receita menos despesas, exceto os juros da dívida pública) aumentou no substitutivo do relator-geral, subindo de R\$ 39,592 bilhões para R\$ 42,021 bilhões. Machado conseguiu assim manter a contribuição do governo federal, de 2,8% do PIB, para construir o superávit primário de 3,75% do PIB – que inclui estatais e governos estaduais – acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A estimativa do PIB nominal em 2003 também aumentou – de R\$ 1,413 trilhão para R\$ 1,499 trilhão.

O relator-geral explica que não inflou os recursos ao atualizar a receita orçamentária com base na inflação efetiva, mas que usou a mesma metodologia do governo.



O trabalho da Comissão Mista de Orçamento se estendeu pela madrugada e manhã de ontem

Parlamentares elogiam esforço de Sérgio Machado

O parecer do relator-geral Sérgio Machado à proposta orçamentária de 2003 começou a ser discutido na quarta-feira pela manhã. Os pleitos apresentados pelos parlamentares concentraram-se nas áreas de irrigação e transportes, principalmente para a restauração e a construção de novas rodovias. Muitos deles pediram ao relator-geral a recomposição de verbas que foram canceladas pelas relatorias setoriais, de modo a possibilitar o remanejamento de recursos orçamentários para outros investimentos. Um dos relatores setoriais, o deputado Santos Filho (PFL-PR), que cuidou da área de infraestrutura, apresentou recurso a ser encaminhado ao Plenário do Congresso solicitando o atendimento do pedido dos novos governadores de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia e Maranhão para garantir recursos às estradas de seus estados. São R\$ 53,1 milhões ao todo. O relator-geral, segundo sua assessoria, não acolheu emenda de Santos Filho porque os relatores setoriais não podem

fazer emendas que impliquem novas despesas.

O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) criticou o uso inadequado de recursos do Plano de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) para formar superávit primário (receitas menos despesas, excluído o pagamento de juros da dívida pública). Um dos seus três destaques encaminhados ao relator-geral prevê a substituição de R\$ 1,113 bilhão de recursos do PIS/Pasep por outra fonte aceita legalmente para formar essa reserva de contingência no Orçamento de 2003. Pediu também que seja explicitado o valor de recursos da seguridade social que é transferido para o orçamento fiscal.

O esforço do senador Sérgio Machado em tentar acomodar, no seu substitutivo, quase todos os pleitos das bancadas estaduais e do futuro governo, foi bastante elogiado pelos parlamentares. O senador Tião Viana (PT-AC) disse que foi o “mais lúcido trabalho de relatoria dos últimos anos”.

ORÇAMENTO

Novo governo vai dispor de R\$ 9,5 bi para a área social

“Deixamos recursos de R\$ 2,5 bilhões para o programa de combate à fome”, disse ontem, em discurso, o relator-geral do projeto de lei do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), ao se despedir do Congresso Nacional, onde chegou há oito anos. Ele considerou importante atender a essa preocupação do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, na peça orçamentária de 2003.

— Esta é uma prioridade do governo que entra e o Orçamento tinha de espelhar a necessidade de recursos para o combate à fome. Para a área social, deixamos R\$ 9,5 bilhões, o que é extremamente importante num país que vive tantas dificuldades e momentos tão difíceis — acrescentou o parlamentar.

Ele afirmou que foram alocados mais de R\$ 2 bilhões para o cumprimento de compensação prevista na Lei Kandir, que isenta as exportações, e destacou o esforço desenvolvido nos últimos dias na Comissão Mista de Orçamento. Ressaltou que não foi adotada qualquer perspectiva de receita com base em inflação futura ou em correção monetária futura.

Sérgio Machado pediu que ao Legislativo que discuta a fundo a questão da alocação de recursos,



Roosevelt Figueira

Sérgio Machado destacou que foram consignados R\$ 2 bilhões para atender a dispositivo da Lei Kandir

para que sejam usados de forma eficaz. Em sua opinião, não adianta destinar verbas para a construção da metade de uma ponte, metade de um açude ou metade de um hospital, porque isso efetivamente não muda a vida das pessoas.

— O que muda a vida das pessoas não é ter a obra, é usar a obra. É dentro dessa perspectiva que nós temos que alocar recursos de forma racional, para que uma obra não fique vários anos sem ser concluída, porque isso significa desperdício de recursos. É começar e recomeçar — frisou o parlamentar.

Sérgio Machado disse que, para ele, foi “da maior importância”

ter sido o relator do Orçamento, por ter conhecido mais a fundo os problemas do Brasil e ter percebido que “este país tem jeito; pode avançar e pode trilhar um caminho para chegar a uma sociedade mais justa”.

O senador agradeceu ao presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), aos relatores setoriais e a toda a equipe técnica que lhe prestou assessoria nesse trabalho. Sérgio Machado também agradeceu àqueles que conviveram com ele nos últimos 12 anos, dividindo suas preocupações com o futuro do Brasil. Ele encerrou o pronunciamento sob os aplausos do Plenário do Congresso.

Carlos Patrocínio propõe que lei seja impositiva

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) pediu ontem, em discurso na sessão do Congresso Nacional, que os parlamentares da próxima legislatura, que tem início em 1º de fevereiro, se esforcem para que o Orçamento da União se torne impositivo, de modo a ser executado pelo governo federal em sua integralidade.

Atualmente, a lei orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional tem caráter apenas autorizativo, e por isso o Poder Executivo pode ou não executar as despesas previstas.

— Peço com denodo e afinco para que a peça orçamentária



José Cruz

Patrocínio: nos países desenvolvidos governo é obrigado a cumprir lei orçamentária

anual seja um instrumento impositivo, como é nas nações mais desenvolvidas — afirmou Carlos Patrocínio, que está encerrando seu mandato como senador.

Suplicy: Orçamento foi tarefa da equipe econômica de FHC

Pela liderança do PT o senador Eduardo Suplicy (SP) negou ontem, ao encaminhar a votação favorável ao substitutivo do relator Sérgio Machado ao projeto de lei do Orçamento da União, que a proposta tenha sido elaborada a quatro mãos, pelas equipes econômicas do atual e do próximo governo.

O senador afirmou que apenas “algumas considerações do futuro governo foram levadas em conta”, de modo a viabilizarem, já no próximo ano, o programa de combate à fome e à erradicação da miséria no país, conforme as



José Cruz

Eduardo Suplicy diz que PT fez apenas sugestões sobre programas contra a miséria

prioridades listadas pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Tebet reconhece esforço de dirigentes da comissão mista

Ao encerrar ontem os trabalhos da autoconvocação do Congresso Nacional, o presidente do Senado, Ramez Tebet, homenageou os parlamentares “por seu trabalho sério e competente” que permitiu a aprovação, dentro do prazo, do Orçamento da União para o próximo ano.

— Quero dar um testemunho pessoal: se não fosse a compreensão dos parlamentares, teria sido impossível administrar os trabalhos legislativos. Ao entregar, ao país, o Orçamento que acabamos de aprovar, quero louvar o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado José Carlos Aleluia, por sua paciência e alma cívica, bem como seu relator-geral, senador Sérgio Machado, por sua competência e elevado espírito público — afirmou o senador.

Tebet também agradeceu a participação efetiva do presidente da

Câmara dos Deputados, Aécio Neves, e o trabalho consistente das lideranças partidárias, que, segundo afirmou, “tão bem souberam conduzir suas bancadas”. Para ele, o Congresso “deu uma demonstração cabal de querer trabalhar pela melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro”.

O senador discordou da tese de que o Orçamento foi feito a quatro mãos — do governo Fernando Henrique Cardoso e do futuro governo Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Tebet, houve uma participação efetiva do Legislativo que ninguém pode ignorar.

Ramez Tebet dirigiu-se às famílias brasileiras para desejar-lhes um feliz Ano-Novo e fez um apelo aos parlamentares para que compareçam à posse do novo presidente da República, Lula da Silva, e de seu vice, José Alencar, no próximo dia 1º de janeiro.



Geraldo Magela

Segundo Ramez Tebet, Parlamento demonstrou empenho pela melhoria da qualidade de vida dos brasileiros



José Cruz

Moreira Mendes lembrou as iniciativas de sua autoria para alavancar a indústria do turismo no Brasil

Na despedida, Moreira ressalta ações em defesa da Amazônia

Senador afirma que empenhou o melhor de sua capacidade e entusiasmo em prol de Rondônia e do país

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) despediu-se ontem do Senado declarando ter a certeza de que empenhou o melhor de sua capacidade e entusiasmo em prol de Rondônia e do país. Conforme disse, nos quatro anos em que substituiu o governador José de Abreu Bianco no mandato de senador, sempre esteve consciente da alta responsabilidade de sua missão em favor do desenvolvimento socioeconômico do estado e da região amazônica.

Base da economia de Rondônia, a agricultura e a pecuária deram o tom da atuação parlamentar de Moreira Mendes. Ele apresentou, por exemplo, projeto de lei para estimular a lavoura cafeeira e contestar “decididamente” a medida provisória que restringia as áreas de exploração produtiva ao

reformular o Código Florestal. No final, observou, a proposta acabou sendo flexibilizada por decreto que estabeleceu critérios para o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE).

– A imensidão verde que recobre Rondônia requer tratamento racional e responsável, que equilibre a necessidade de preservar essa inestimável riqueza com os imperativos do desenvolvimento econômico.

O senador ressaltou sua “atuação decidida”, como presidente, na Subcomissão do Turismo. Moreira apresentou, entre outros, projetos de regulamentação da profissão de turismólogo e de adesão de agências de viagens ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples).

Propostas e trabalho em CPI são destacados

Durante a despedida de Moreira Mendes do Senado, 15 senadores o homenagearam e destacaram seu empenho em defender os interesses da região amazônica. A sessão de apertes foi aberta pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), que ressaltou as propostas de Moreira para o bom funcionamento da administração pública do país.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) classificou a convivência com Moreira Mendes como “agradável e produtiva”. Benício Sampaio (PPB-PI) afirmou que o povo de Rondônia teve no Senado um parlamentar que “sempre propugnou pelas boas causas para o estado”.

O trabalho de Moreira Mendes na CPI das ONGs foi destacado por Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) disse ter tido uma “convivência profícua” com o homenageado.

Já o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) lembrou da atuação de Moreira na discussão do Código Florestal e na renegociação das dívidas dos produtores rurais. Os senadores Lindberg Cury (PFL-DF) e Fernando Ribeiro (PMDB-PA) parabenizaram Moreira

Mendes pelo trabalho em defesa de Rondônia e da Amazônia.

Ricardo Santos (PSDB-ES) reconheceu “o trabalho sério e competente” de Moreira Mendes na vice-presidência da Comissão de Educação. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) lembrou que o senador foi além do seu mandato por Rondônia ao abraçar a luta em defesa da região amazônica.

Os senadores Chico Sartori (PSDB-RO), Eduardo Suplicy (PT-SP), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Artur da Távola (PSDB-RJ) e Marluce Pinto (PMDB-RR) também se pronunciaram. Sartori assinalou o aprendizado obtido com seu trabalho. Suplicy destacou a sua posição favorável ao projeto da Renda Básica de Cidadania. Juvêncio elogiou a “determinação, identidade e ação”. Távola observou que a Amazônia teve nele um “defensor obsessivo”. E Marluce disse esperar que seu substituto tenha o mesmo empenho em favor da região.

O primeiro-vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), afirmou que Moreira “prosseguirá em sua missão de servir a Rondônia e à nação”.



Roosevelt Pinheiro

Antonio Carlos Júnior disse que relatou mais de 100 proposições nas comissões permanentes

Antonio Carlos presta contas do mandato de um ano e meio

Três projetos de lei de sua autoria foram enfatizados, entre eles o que permite o uso do FGTS na compra de ações

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) apresentou ontem ao Plenário prestação de contas do período de pouco mais de um ano e meio em que exerceu o mandato. Ele destacou três propostas que apresentou à Casa: o projeto de lei que estabelece a responsabilidade penal dos administradores de entidades fechadas de previdência; o que cria o pecúlio estudantil no âmbito da bolsa-escola; e o que estabelece o Programa Especial de Ressocialização dos Moradores de Rua.

Outro projeto apresentado por Antonio Carlos Júnior, destacado por ele, permite ao trabalhador brasileiro aplicar em ações parte dos recursos de sua conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Esse projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão terminativa. A proposta de criação do pecúlio estudantil já conta com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Antonio Carlos Júnior informou que relatou mais de 100 proposições nas comissões de que participou. O senador lembrou que assumiu o mandato no dia 31 de maio do ano passado com dois compromissos: honrar Antonio Carlos Magalhães, a quem substituiu, e o irmão Luís Eduardo (falecido em 1998), “uma das mais importantes figuras da política brasileira contemporânea”, disse. O senador informou que, a partir de 1º de fevereiro, reassumirá as funções de empresário e professor universitário.

Colegas enaltecem vocação para a política

Vinte senadores foram unânimes em afirmar que Antonio Carlos Júnior, mesmo tendo se dedicado profissionalmente ao magistério e às empresas da família, aos poucos revelou-se um político de vocação, com grande capacidade de articulação. Antonio Carlos Júnior assumiu o Senado no dia 31 de maio de 2001, na vaga do pai, Antonio Carlos Magalhães, que retorna na próxima legislatura.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ter imaginado que Antonio Carlos teria dificuldades para exercer o mandato, devido à responsabilidade de substituir “um dos maiores valores de sua geração de políticos”, Antonio Carlos Magalhães. “Vossa Excelência, no entanto, logo impôs seu estilo pessoal, e deixa esta Casa estimado e admirado por todos”.

– Pedro Aleixo dizia que, às vezes, um parlamentar não se destaca pelas intervenções no Plenário, mas exerce seu talento na articulação política e atuação nas comissões técnicas. E essa é uma marca de Vossa Excelência – afirmou Lobão.

O presidente do Senado, Ramez Tebet,

elogiou Antonio Carlos Júnior pela atuação em defesa da Bahia, do Nordeste e do povo brasileiro. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que, na divisão de encargos da família, a Antonio Carlos Júnior talvez tenha cabido a administração dos negócios. “Mas queira Vossa Excelência ou não, queira seu pai ou não, nossos caminhos ainda vão se encontrar na política, porque o senhor mostrou também uma grande vocação para a vida pública.”

Também homenagearam Antonio Carlos Júnior os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Fernando Ribeiro (PMDB-PA), Marluce Pinto (PMDB-RR), Tião Viana (PT-AC), Artur da Távola (PSDB-RJ), Ricardo Santos (PSDB-ES), Luiz Pastore (PMDB-ES), Carlos Patrocínio (PTB-TO), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Lindberg Cury (PFL-DF), Luís Girão (PSDB-CE), Geraldo Melo (PSDB-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP), Saturnino Braga (PT-RJ), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) e Nabor Junior (PMDB-AC).



Pastore destacou aprendizado obtido com trabalho nas comissões temáticas

Pastore ressalta exercício da tolerância nas negociações

Depois de 52 dias de mandato, o senador Luiz Pastore (PMDB-ES) também se despediu ontem do Senado Federal. Suplente de Gerson Camata (PMDB-ES), que se licenciou por motivo de saúde, Pastore afirmou que sua rápida passagem pelo Congresso lhe rendeu uma “agradável e gratificante” constatação: “no Senado se trabalha muito”. Ele pôde conferir o “extenuante, árduo, profícuo, intenso, dedicado, sério e responsável” trabalho feito pelos senadores.

“Como empresário e pouco afeito ao mundo político, entrei neste Parlamento com uma visão crítica”, admitiu. Sua opinião mudou, disse, quando passou a participar do trabalho das comissões temáticas, em cujos debates ressaltou ter “aprendido muito” com a atuação dos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Jefferson Péres (PDT-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Fogaça (PPS-RS), Ricardo Santos (PSDB-ES), Emília Fernandes (PT-RS), entre outros.

Fontes de aprendizado parlamentar para Pastore também fo-

ram “o exercício de tolerância e respeito” nas negociações dos líderes, a “forma democrática e cordial” com que eram conduzidas as atividades do Plenário, e a “saborosa salomônica” com que o senador Ramez Tebet preside os trabalhos da Mesa Diretora. Reconheceu ainda a colaboração de outros segmentos da Casa, como a Secretaria Geral da Mesa, a Consultoria Legislativa e a Secretaria de Comunicação Social do Senado.

Luiz Pastore também aproveitou para destacar projetos de sua autoria na área de cultura. Um deles, já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pretende popularizar recursos oriundos da Lei Rouanet. Já o outro tem o intuito de estimular a participação de artistas plásticos locais nas atividades desenvolvidas junto com alunos do ensino básico.

Ao encerrar, Pastore disse que deixa o Senado com tristeza por ter compreendido “a grandeza do trabalho dos senadores, que abdicam do convívio da família para dedicarem às causas da sociedade”.

Senadores destacaram “brilhante” atuação em curto período de mandato

A despedida do empresário Luiz Pastore do Senado recebeu apertados dos senadores Chico Sartori (PSDB-RO), Pedro Simon (PMDB-RS), Ramez Tebet (PMDB-MS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ricardo Santos (PSDB-ES). “Quem passa por aqui pode dizer que desfrutou da melhor escola da vida”, afirmou Sartori, parabenizando Luiz Pastore pela “brilhante” atuação nesses 52 dias de mandato.

O senador Pedro Simon se disse “honrado” com o convívio de Pastore, que se notabilizou pela capacidade de interpretar os problemas do país. “Vamos insistir que, da próxima vez, o partido coloque o nome de Vossa Excelência não como suplente, mas como titular de cargo eletivo”, comentou.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, se disse muito feliz por ter conhecido e se tornado amigo do

empresário capixaba, suplente do senador Gerson Camata (PMDB-ES). “Em pouco menos de 60 dias de trabalho, Vossa Excelência se preocupou em apresentar projetos e participar de votações, demonstrando sempre espírito público”, assinalou.

Eduardo Suplicy observou a maneira séria com que o peemedebista conduziu seu trabalho no Senado. Procurado por Pastore pouco antes de seu ingresso na Casa, o senador petista defendeu a necessidade de os suplentes serem melhor conhecidos pelos eleitores, opinião compartilhada pelo homenageado.

Ricardo Santos (PSDB-ES) fez elogios à atuação “competente e assídua” de Luiz Pastore, um dos maiores empresários capixabas. “Vossa Excelência honrou a representação do Espírito Santo”, disse.

Mozarildo defende nova CPI para investigar ONGs

Senador propõe continuar trabalho da comissão que apurou denúncias contra as organizações, com diligências mais amplas e aprofundadas

O presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou denúncias sobre a atuação de organizações não-governamentais (ONGs), senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), registrou ontem em Plenário as conclusões da comissão – que descobriu indícios “veementes” de irregularidades em 10 instituições – e defendeu uma nova CPI no próximo ano.

Essa nova comissão, segundo o senador, seria mais ampla e investigaria com mais profundidade as questões da biopirataria e da exploração de minérios, apurando intenções veladas como “o grande objetivo de internacionalização da Amazônia e de manter o país submisso”.

– As ONGs são uma forma de colonialismo moderno – sustentou Mozarildo, para quem as entidades sérias deveriam ler o relatório da CPI e colaborar para o processo de autofiscalização.

A CPI identificou que, no meio de ONGs sérias, existem aquelas



“As ONGs são uma forma de colonialismo moderno”, alerta Mozarildo

que aproveitam-se “dessa bonita bandeira do terceiro setor, da solidariedade, fazendo um trabalho nocivo ao país”. Mozarildo declarou que a CPI foi prejudicada com vários fatos, como a cassação do então senador Luiz Estevão, a violação do painel eletrônico do Senado e as eleições. Por isso, acha que “é preciso ir mais além”, inclusive com a elaboração de uma legislação que permita maior controle do Estado sobre as ONGs, pois

muitas delas, afirmou, vivem às custas de recursos públicos.

O senador disse que a CPI das ONGs “trabalhou de maneira discreta, sem preocupação com os holofotes ou com a mídia, sem acusar precipitadamente quem quer que seja”. A comissão, acrescentou, criada para investigar ações lesivas das ONGs sobretudo na Amazônia, relacionadas à biopirataria, à grilagem de terras, à exploração de minérios e à exploração indevida do ecoturismo, deteve-se na análise das irregularidades mais gritantes.

Mozarildo citou as dez instituições nas quais foram verificadas as maiores irregularidades: Associação Amazônia, *Focus on Sabbatical*, Unificação das Famílias Pela Paz Mundial, Cooperíndio, Paca (Proteção Ambiental Cacoalense), Cunpir, Adesbrar (Agência de Desenvolvimento Sustentável Brasil em Renovação), Fundação O Boticário, Napacan (Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer) e Conselho Indígena de Roraima.

Távola se despede e diz que Senado é casa de trabalho e patriotismo

Num rápido pronunciamento, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) despediu-se ontem do Senado Federal, afirmando que saía da vida parlamentar, na qual entrou há 42 anos, com dignidade.

– Não deixo nenhum inimigo nesta Casa porque sempre discuti idéias e não pessoas. Dela saio melhor do que entrei – disse Artur da Távola, para quem o Senado Federal é uma grande casa de trabalho, cultura e patriotismo.

O senador desejou ainda aos colegas que ficam e aos que virão “felicidade pessoal, qualidade de desempenho e manutenção da esperança, a despeito das adversidades”.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), no exercício da presidência da sessão plenária, lembrou que Artur da Távola, líder do governo no Senado, é um dos senadores mais atuantes da Casa, e que sempre colocou o seu talento a serviço do país e do estado do Rio de Janeiro.



Távola afirma que sempre discuti idéias e não pessoas

Luiz Girão toma posse em vaga de Lúcio Alcântara

O primeiro suplente Luiz Girão (PSDB-CE) assumiu ontem a vaga deixada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), eleito governador do Ceará.

Luiz Girão vai ficar no cargo até 31 de janeiro de 2003, quando serão empossados os novos senadores da República, eleitos em outubro. Ele foi conduzido ao Plenário pelos senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), Lúcio Coelho (PSDB-MS) e Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS).

Logo em seguida, o novo senador leu o termo de posse e, após prestar o compromisso regimental, passou a participar dos trabalhos da Casa. O senador Edison Lobão (PFL-MA), em nome da Mesa do Senado, deu as boas vindas a Luiz Girão.



Durante sessão plenária de ontem, Luiz Girão (ao microfone) lê termo de posse

Suassuna defende apoio do PMDB a Lula

De acordo com o senador, partido deve anunciar hoje sua participação no novo governo e integrar a “corrente de otimismo, solidariedade, trabalho e esperança” que se instalou no país depois das eleições

O PMDB estará, na Câmara e no Senado, junto com a “corrente de otimismo, solidariedade, trabalho e esperança existente no país”, buscando o êxito do próximo governo, disse ontem em Plenário o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

– Queremos o sucesso de Luiz Inácio Lula da Silva, porque o sucesso dele é o sucesso do Brasil – acrescentou Suassuna, registrando que o PMDB deverá anunciar hoje sua participação “no apoio a Lula”.

Suassuna qualificou de “enorme catarse nacional” a “avalanche de votos” que Lula obteve em outubro, desejou boa sorte a ele e disse que, se o Brasil aproveitar essa vitória, poderá viver a mesma saga vivida pelo presidente eleito, que enfrentou todas as dificuldades e conseguiu vencer.

Em um balanço do ano de 2002, que considerou “extraordinário para o país”, Suassuna ressaltou que o Brasil deu exemplo ao mun-



Para Suassuna, eleição de Lula foi um exemplo que o Brasil deu ao mundo

do, ao conduzir à Presidência da República “um brasileiro cuja vida é uma saga, um verdadeiro milagre da determinação, do crescimento, da modificação”. O senador destacou que Lula, um trabalhador, sem curso superior, que começou como líder sindical, “foi abrindo seu pensamento até conseguir fazer um projeto de conciliação que o levou à vitória”.

O Brasil, prosseguiu Suassuna, passou a fazer parte dos 80 países do mundo em que há democracia

em plenitude, e o crescimento de Lula não foi um fato isolado, pois a sociedade brasileira também amadureceu.

O senador citou as conquistas sociais do governo de Fernando Henrique e a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal como outros bons exemplos, mas afirmou que há muito ainda por fazer, como a redução do fosso entre ricos e pobres, a reforma da Previdência e do Judiciário, o aumento das exportações, a reforma política, a definição de uma política industrial e agrícola, a resolução da questão agrária.

Suassuna fez uma análise da conjuntura internacional e da situação econômica brasileira. Disse que o Congresso fez o que pôde em favor do país e comentou críticas ao aumento salarial dos parlamentares veiculadas em um programa televisivo. Ele observou que não defende a oportunidade desse reajuste, mas registrou que os comentários contra a decisão partiram de um repórter que ganha R\$ 200 mil, “fora o *merchandising*”.

Alberto Silva propõe recuperação de rodovias

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) propôs a recuperação, em um ano, de 12.359 quilômetros de rodovias federais. Segundo o senador, desde que o Brasil construiu uma extensa malha rodoviária para escoar suas riquezas, um dos grandes problemas do país tem sido a manutenção, em condições aceitáveis, dessas rodovias.

De acordo com Alberto Silva, o projeto de restauração foi elaborado a partir de dados recolhidos, há cerca de dois anos, em órgãos relacionados à questão rodoviária, como a Confederação Nacional de Construtores de Estradas, a Associação do Transportadores de Carga e o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER). Na época, a mesma proposta foi apresentada ao presidente Fernando Henrique, porém não foi levada adiante pelas autoridades federais, disse o senador.

Nas pesquisas para a elaboração do programa, o parlamentar afirmou ter constatado que 1 milhão e 700 mil carretas perdiam quase 2 bilhões de litros de óleo diesel, por ano, por causa de es-

tradas mal conservadas. Esse desperdício teria origem nas freadas, desacelerações e mudanças de rumo que os motoristas deveriam fazer para desviar dos buracos. Ainda segundo o senador, os estudos daquele período revelavam que seriam necessários R\$ 1,85 bilhão para recuperação das rodovias federais. E, pela avaliação de Alberto Silva, essa quantia seria conseguida por meio de um aumento de R\$ 0,06 em cada litro de óleo diesel consumido no Brasil. O parlamentar frisou, ainda, que os números estipulados há dois anos para o projeto continuam praticamente os mesmos.

Conforme Alberto Silva, a realização da restauração permitiria que empresas de engenharia hoje paradas possam trabalhar, gerando vários empregos. E à medida que as estradas fossem recuperadas, o chamado custo Brasil, elevado no transporte rodoviário, cairia bastante, ressaltou ele.

Além disso, sugeriu ao próximo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que organize uma câmara de gestão para a



Biodiesel produzido a partir da mamona pode ser alternativa para caminhões, diz Alberto Silva

questão rodoviária, assim como feito para a energia no período do racionamento. Destacou, por fim, que está disposto a colaborar com o novo presidente na restauração das estradas, assessorando todo o processo.

BIODIESEL

Alberto Silva informou, também, que com o futuro funcionamento da usina-piloto de produção de óleo de mamona, o biodiesel produzido lá poderá contribuir com o projeto das rodovias. Isso porque as carretas poderiam usar esse combustível no lugar do óleo diesel. A usina-piloto funciona no Piauí, é coordenada pelo senador e administrada pela Universidade Federal do Piauí.

Simon quer fortalecimento das empresas de aviação

O sistema de transporte aéreo brasileiro precisa de uma reestruturação geral, segundo afirmação do senador Pedro Simon (PMDB-RS), para quem a crise enfrentada pela Varig e por outras companhias aéreas é apenas uma parte do problema que afeta o setor.

– É necessário repensar, em termos estratégicos, uma política definida para esse setor, baseada no fortalecimento das empresas diante da concorrência internacional, de forma a preservar empregos e aumentar a competitividade – afirmou Simon.

Nesse sentido, o senador destacou os altos impostos pagos pelo setor aéreo brasileiro. Conforme Simon, enquanto na Europa as companhias aéreas pagam cerca de 16% em tributos e, nos Estados Unidos, somente 7%, no Brasil, as taxas chegam a 36%.

Para Pedro Simon, a Varig se encontra, atualmente, no “auge de uma crise sem precedentes”. Ele disse que a companhia, fundada há 75 anos no Rio Grande do Sul, é, hoje, a maior do ramo na América Latina, emprega cerca de 15 mil pessoas. Com 110 aviões, a empresa opera em 110 cidades brasileiras e 27 no exterior, acrescentou.

O senador ressaltou que, de 1993 até agora, a Varig já reduziu em 12 mil seu número de empregados. Além disso, a empresa, no primeiro semestre deste ano, teve um prejuízo de R\$ 1 bilhão, acumulando dívidas com bancos, fornecedores e governos no valor de



Pedro Simon defendeu participação do BNDES nas gestões para solucionar crise da Varig

US\$ 764 milhões, o que equivale a quase R\$ 3 bilhões.

Diante desse quadro de possível falência, Simon disse ser importante a intermediação política na questão, e registrou as audiências públicas realizadas em novembro na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que reuniu representantes da Varig, funcionários e credores da empresa para discutir propostas de solução para a crise.

Ele afirmou que o acordo firmado recentemente entre a companhia e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), que abateu parte da sua dívida, foi o primeiro passo para a recuperação da empresa. Simon considera indispensável a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) nas gestões visando resolver a crise. “Não na condição de pronto-socorro, com empréstimos a fundo perdido, mas com base em uma ampla reestruturação da empresa”, salientou.

Setor dá emprego a 35 mil

As empresas aéreas brasileiras empregam, diretamente, cerca de 35 mil pessoas, e geram renda equivalente a US\$ 18 bilhões por ano. A frota brasileira é pequena. As quatro maiores companhias (Varig, TAM, Vasp e Gol) têm um total de 220 aeronaves. Somente a American Airlines, dos Estados Unidos, tem cerca de 650 aviões.

Nos últimos anos, aprofundou-se a crise no setor, que passou a colecionar resultados negativos. Em 2001, só a Vasp obteve lucro – considerado pequeno – de R\$ 36,7 milhões. As outras três somaram, juntas, prejuízo de R\$ 541,4 milhões. As empresas alegam que a elevada carga tributária sobre as operações e, principalmente, a variação do dólar respondem pela crise vivida atualmente.

Fonte: Ipea/SNEA



Entre os projetos aprovados pelo Plenário destacam-se o que institui o Programa Permanente de Combate à Seca, o que destina mais recursos ao ensino básico e o que garante verbas para segurança pública. Também foi acolhida proposta estabelecendo limites para os gastos municipais.

Senado priorizou o social e controle de gastos



O Plenário também garantiu a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher

Debate sobre moradia deve continuar, diz Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) quer ver a Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano, que presidiu durante o ano de 2002, transformada em um fórum permanente para debates, análises e contribuições para o governo sobre o tema. Mauro, que encerrará o mandato nesta legislatura, considera o problema da habitação um dos mais graves do país. Segundo disse, o déficit de moradias chega a 6,6 milhões de unidades, por isso apelou ao Senado para que acelere as audiências públicas para debater o problema.

A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, durante o ano, se propôs a ouvir os projetos dos principais candidatos à Presidência da República para o setor. Com a aceleração do processo eleitoral, apenas os candidatos Ciro Gomes e Anthony Garotinho participaram das audiências.

Além dos candidatos, participaram ainda de audiências, no ciclo "Moradia – um Sonho Possível", o campeão mundial dos pesos leves Acelino Popó de Freitas; a coordenadora do Fórum Nacional de Reforma Urbana, Grazia de Grazia; e o presidente do Conselho Federal



Mauro Miranda presidiu em 2002 a Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano

de Engenharia e Arquitetura (Confea), Wilson Lang; o músico Antônio Carlos de Freitas, o Carlinhos Brown; o representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Lair Krahenbuhl; e a professora Ermínia Maricato, da Universidade de São Paulo (USP).

– A moradia é um direito fundamental dos brasileiros e, pela gravidade da situação, não pode receber atenção apenas nos períodos eleitorais. Por isso, gostaria de ver retomadas as audiências públicas logo no primeiro semestre de 2003, para que sejam apresentadas propostas e sugestões ao novo governo, a fim de

atenuarmos esse vergonhoso déficit de 6,6 milhões de moradias – disse Mauro Miranda.

ATENÇÃO

A vice-presidente da subcomissão, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), da mesma forma quer retomar as audiências no primeiro semestre do próximo ano. Maria do Carmo tem mais quatro anos de mandato, e pretende continuar participando da Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano.

– É triste constatar que a maior parte do déficit habitacional do país está na Região Nordeste. É preciso que não só os governos federal e estadual dêem atenção ao problema. O Congresso também tem um papel a cumprir – lembrou a senadora, que lamentou não ter podido manter o ritmo das audiências públicas no segundo semestre devido ao período eleitoral.

Foram membros da subcomissão, em 2002, além de Mauro Miranda e Maria do Carmo Alves, os senadores Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Lindberg Cury (PFL-DF), Benício Sampaio (PPB-PI), Emilia Fernandes (PT-RS) e Ademir Andrade (PSB-PA). Desse, só Maria do Carmo e Juvêncio não terão o mandato encerrado.

Em 2002, as votações do Senado priorizaram a alocação de recursos para áreas sociais e regiões desfavorecidas e o controle dos gastos públicos. Os senadores aprovaram, por exemplo, autorização para que o governo federal crie o Programa Permanente de Combate à Seca. A iniciativa objetiva a realização de levantamento completo dos recursos hídricos do semi-árido nordestino e identificação da demanda por água na região. Já votada na Câmara, a proposta depende apenas da sanção presidencial.

De acordo com o projeto, de autoria do deputado Waldir Pires (PT-BA), o governo deve desenvolver ações para capacitar a população a conviver de maneira harmônica com o clima e o ecossistema do Polígono da Seca.

Outro exemplo de atenção às áreas sociais foi a aprovação da proposta de emenda à Constituição que destina parte dos recursos da contribuição do salário-educação, recolhido pelas empresas, ao financiamento da educação básica, que atende crianças de zero a 6 anos. Igualmente importante para a área social foi a aprovação do projeto que institui a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher.

SEGURANÇA

O Senado aprovou ainda mudanças no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para que sejam apoiados projetos destinados a reequipar polícias estaduais e corpos de bombeiros. Também terão apoio os investimentos em sistemas de informações, inteligência e investigação, estatísticas policiais e informatização.

O projeto estabelece que só terão acesso aos recursos do fundo os estados que tenham plano próprio de segurança pública e os municípios que mantenham guarda municipal ou policiamento comunitário e Conselho de Segurança Pública.

Foi ainda acolhido projeto de decreto legislativo que autoriza o estado do Pará a vender área de 16 mil hectares de terras devolutas no município de Moju à empresa Socôco Agroindústrias da Amazônia Ltda.

ICMS

O Plenário aprovou alterações na legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que deverão facilitar a administração do principal tributo estadual. Na tentativa de evitar questionamentos judiciais, promovidos com o objetivo de reduzir o pagamento de impostos, foi acolhido projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que esclarece a base de cálculo do ICMS incidente sobre energia elétrica. De acordo com o texto, a alíquota interestadual do ICMS sobre energia destina-se ao estado consumidor e não ao produtor.

Foi igualmente acolhido projeto de lei complementar que altera a Lei Kandir, modificando a sistemática de cálculo e cobrança do ICMS. O projeto permite que os governos estaduais ampliem a base de cálculo do imposto sobre produtos importados. Os executivos estaduais também poderão ampliar o alcance do tributo, aplicando-o no caso de substituição tributária e definindo melhor o momento de registro do fato gerador, aumentando a arrecadação.

MUNICÍPIOS

O Senado adotou medidas visando controlar os gastos dos municípios. Proposta de emenda à Constituição, de autoria do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), aprovada em novembro e que ainda será votada na Câmara, determina que as despesas das câmaras de vereadores de cidades com até 100 mil habitantes não poderão ultrapassar 8% das receitas líquidas municipais. No caso das cidades que têm entre 100 mil e 300 mil habitantes, o limite é de 6%. Para cidades com mais de 500 mil habitantes, 5%.

Outra alteração importante foi promovida nas regras para criação de novos municípios, que deverá obedecer a parâmetros mínimos, de acordo com um estudo de viabilidade municipal. O projeto, já votado nas duas Casas do Congresso, disciplina também a fusão, incorporação e desmembramento de municípios.



Além de autorização de créditos beneficiando regiões pobres, foram aprovadas pela comissão outras propostas consideradas relevantes para a sociedade, como a que garante mais recursos à pequena e microempresa, a que reduz a zero alíquota do ICMS sobre cesta básica e a que diminui déficit habitacional.

CAE abre caminho para mudanças sociais

Presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), governador eleito do estado do Ceará, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, ao longo de 2002, uma série de medidas que vão contribuir, segundo o parlamentar, para a atuação do futuro governo na área social e para o aumento da oferta de empregos.

Entre as propostas aprovadas pela comissão, além de autorizações para contratação de crédito externo para estados, municípios, empresas e bancos estatais, destacaram-se medidas que vão desde a garantia de mais crédito para as pequenas e microempresas, até aquelas de maior alcance popular, como a que deverá permitir a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos adquiridos por taxistas, destinados a uso profissional, benefício que poderá ser renovado a cada três anos.

Ao todo, a CAE apreciou, neste ano, um total de 135 proposições, destacando-se a aprovação de mensagens presidenciais referentes a operações de crédito exter-



Presidida por Lúcio Alcântara, Comissão de Assuntos Econômicos apreciou este ano um total de 135 proposições

no, em dólares norte-americanos (US\$ 3,35 bilhões), em ienes japoneses (JPY 903,2 bilhões) e em euros (EUR 3,35 milhões).

Uma das medidas de apoio às pequenas e microempresas partiu do senador Osmar Dias (PDT-PR), cujo projeto aprovado na CAE determina que 50% dos ativos disponíveis para empréstimos junto às

instituições financeiras públicas federais sejam destinados àqueles setores empresariais, limitando, ainda, a cobrança de juros a um patamar nunca superior a 12% ao ano. A proposta prevê, também, um redutor de até metade no valor das parcelas de amortização do principal e sobre os encargos financeiros, para os micro e pequenos em-

presários adimplentes.

CESTA BÁSICA

Ganhou também destaque na CAE a aprovação da proposta do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente do Senado, reduzindo a zero a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre os produtos da cesta básica, medida

que, no entender do seu autor, vai contribuir para o combate à fome no país.

Do mesmo modo, foram aprovadas medidas de combate à seca no Nordeste, de estímulo ao plantio da carnaúba – de autoria do senador Freitas Neto (PSDB-PI) – e ainda várias propostas que têm como objetivo reduzir o déficit habitacional no país, estimado em 7 milhões de unidades, como é o caso da proposta do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que prevê a redução das exigências no Sistema Financeiro da Habitação (SFH) para, assim, ampliar os financiamentos à casa própria, incluindo no cálculo da renda mínima exigida a renda de todo o grupo familiar e não somente a do chefe da família.

Destacou-se, ainda, na comissão, proposta apresentada em 2000 pelo senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que obriga os planos e seguros de saúde a arcarem com as despesas dos acompanhantes de doentes menores de 18 anos, internados em unidades de tratamento intensivo ou similares, nos hospitais e clínicas.

Maioria das propostas aprovadas pela comissão beneficia população carente

A maior parte dos empréstimos externos aprovados pela CAE, segundo o seu presidente, senador Lúcio Alcântara, destinou-se a setores prioritários que geram benefícios para toda a população, principalmente os segmentos mais pobres. Setores como os de saneamento básico e transportes e as áreas de combate à pobreza são alguns dos destaques. Mas encontram-se também entre os beneficiários setores vitais para a geração de renda e emprego, como o turismo no Nordeste e as micro e pequenas empresas, segundo o senador.

Destacam-se, entre as operações de crédito externo aprovadas pela CAE, um empréstimo de US\$ 22,5 milhões para o governo do estado do Rio Grande do Norte, junto ao Banco Mundial, para o financiamento parcial da se-

gunda fase do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR-II) e um outro, de US\$ 64,8 milhões, contratado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE-II) foi contemplado pela CAE com a aprovação de um financiamento, junto ao BID, de US\$ 240 milhões. Os recursos vão beneficiar praticamente todos os estados do Nordeste, sendo considerada uma das operações de crédito de maior capacidade de geração de empregos.

POPULAÇÃO CARENTE

A região foi beneficiada ainda com uma operação de crédito de US\$ 30 milhões, contratada entre o Banco do Nordeste (BNB) e

o BID, destinada a financiar parcialmente o Programa de Crédito Produtivo Popular para o Nordeste (Crediamigo), que vem obtendo grandes resultados entre as populações mais carentes.

A CAE também aprovou uma operação de crédito de US\$ 900 milhões, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o BID, destinada a projetos de micro, pequenas e médias empresas de setores considerados prioritários do ponto de vista de geração de emprego e desenvolvimento.

Na área de saneamento, foram



A execução de programas de saneamento básico, com destaque para tratamento de água, foi contemplada em projetos acolhidos pela comissão

destaques na CAE as operações de crédito do BID de US\$ 47,6 milhões para o Programa de Água e Saneamento de Goiânia e de US\$ 75 milhões do Banco Mundial para o Programa de Modernização do Setor de Sane-

amento (PMSS II) da Caixa Econômica Federal, que vai beneficiar todo o país. Também foi contratado, junto ao Banco Mundial, um crédito de US\$ 209 milhões para as obras do metrô de São Paulo.

Célio Azevedo

Jane de Araújo



A comissão que apurou o roubo de cargas no país sugeriu o indiciamento de 12 empresas. Já a CFC analisou denúncias de existência de grampos telefônicos em órgãos do governo, e a Comissão de Relações Exteriores discutiu temas relacionados ao Mercosul, Alca e narcotráfico.

CPI propôs a investigação de 156 pessoas

Foram necessários quase três anos para que a comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) criada para investigar roubos de cargas no país concluisse os trabalhos. Durante o período, foram tomados mais de 200 depoimentos e promovidas audiências públicas em 12 cidades, além de diligências em Pernambuco, Maranhão, São Paulo e Goiás, na tentativa de ajudar a coibir esse crime, que, segundo estimativas, causou prejuízos da ordem de R\$ 900 milhões somente nos sete primeiros meses deste ano.

O relatório do deputado Oscar Andrade (PL-RO), aprovado por unanimidade em 11 de dezembro, sugeriu ao Ministério Público Federal o indiciamento de 156 pessoas, entre elas o deputado federal eleito pelo Distrito Federal José



Comissão parlamentar de inquérito também sugeriu ao Ministério Público o indiciamento de 12 empresas envolvidas no roubo de cargas

Tatico, por receptação de cargas roubadas. A CPI recomendou ainda a abertura de processos contra 12 empresas, denunciadas por lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões, e vai propor, por

meio de projetos de lei, penas mais duras para crimes relacionados ao roubo de cargas.

A CPI, que foi presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), iniciou os trabalhos em março de

2000 e contou com a colaboração de assessores do Tribunal de Contas da União, Banco Central, Secretaria da Receita Federal e Polícia Federal. Ficou constatado, por exemplo, que as organizações que atuam no roubo de cargas são mais bem aparelhadas e chegam a contar com mais recursos do que a própria polícia. Por isso, conforme ficou claro durante os debates, a Polícia Rodoviária Federal deveria ter um efetivo quatro vezes maior do que o atual para controlar de modo satisfatório as estradas e atuar com eficácia no combate ao crime.

Um dos depoimentos de destaque foi o do ex-caminhoneiro Jorge Méres. Encapuzado, por temer represálias, ele contou aos parlamentares da CPI que o empresário William Sozza era o che-

fe da principal quadrilha que opera no país. Segundo Méres, Sozza detém o controle de várias empresas e atua em 14 estados.

A comissão também ouviu, entre outros, o diretor da Coordenação Nacional para o Combate ao Roubo de Cargas, Roberto Mira. Ele informou que desde o final dos anos 80 o número de roubos no país disparou, fazendo com que as seguradoras aumentassem as exigências para fechar seus contratos.

Tuma defendeu ações concretas destinadas a colocar um freio na onda de roubo de cargas e receptação de mercadorias. A comissão, disse, foi um bom início, e teve o objetivo de desvendar e combater quadrilhas que possuem, na prática, uma organização empresarial.

Comissão analisou 32 nomes para embaixadas

Foram aprovados este ano pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) 34 projetos sobre os mais variados temas, analisadas 32 indicações de embaixadores e realizadas audiências públicas sobre questões como Mercosul, Área de Livre Comércio das Américas (Alca), intervenção no Iraque e narcotráfico aliado à guerrilha colombiana. Segundo o presidente da comissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), são números expressivos, alguns até recorde.

Mas a grande vitória do colegiado em 2002, acrescentou, foi a revitalização do Tratado de Cooperação Amazônica, após encontro realizado em setembro, em Manaus (AM), com representantes de todos os países amazônicos.

Jefferson ressaltou que foi um encontro muito importante, pois foi possível impulsionar um tratado internacional que estava paralisado havia 20 anos. Conforme o senador, o tratado começará a dar resultados brevemente e será instrumento efetivo de



Uma das iniciativas da CRE foi a revitalização do tratado de cooperação entre os países amazônicos

integração dos países amazônicos. O acordo prevê a integração nas áreas econômica, científica, cultural e física, com a definição das fronteiras.

— Acho que ainda é pouco. O Congresso Nacional precisa participar mais na elaboração da política externa do país — afirmou o presidente da comissão.

BUSTANI

Em 2002, a CRE realizou audiências públicas importantes, como a que recebeu o diplomata José Maurício Bustani, que havia sido afastado da direção da Organização para Proscrição das Armas Químicas (Opaq) por pressão do governo norte-americano. Também foi debatido e

aprovado o texto do Protocolo de Kyoto, convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudança do clima e que estabelece metas de redução da poluição para os países signatários.

Na área de acordos internacionais, a comissão aprovou os textos de proto-

colos como o que regulamenta a conservação da fauna aquática nos rios limítrofes entre o Brasil e o Paraguai; o acordo geral sobre o comércio de serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC); a convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial; o acordo para a recuperação de bens culturais e patrimoniais roubados, importados ou exportados ilegalmente, firmado entre o Brasil e a Bolívia; a convenção internacional sobre supressão de atentados terroristas com bombas; e o projeto de decreto legislativo que anulou a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ex-presidente do Peru Alberto Fujimori.

CFC apurou denúncias de espionagem no governo

Nas reuniões que realizou no segundo semestre de 2002, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) dedicou-se a apurar informações sobre dois casos: as suspeitas sobre o contrato da empresa Fence Consultoria Empresarial

com o Ministério da Saúde para, supostamente, detectar presença de grampos telefônicos e as denúncias de grilagem de terras públicas no Distrito Federal.

As dúvidas sobre o contrato do Ministério da Saúde com a Fence foram motivadas pela divulgação de escutas telefônicas envolvendo autoridades do governo federal. De acordo com o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que pediu o aprofundamento das investigações, havia indícios de superfaturamento no contrato e de que a empresa teria patrocinado espionagem com finalidade política. Prevaleceu no colegiado a visão do senador Romero Jucá



O debate sobre denúncia de venda de terra pública no DF esteve entre as tarefas desenvolvidas pela comissão

(PSDB-RR) que concluiu relatório com pedido para que o Tribunal de Contas da União (TCU) investigasse os contratos que a Fence possui com órgãos do governo federal.

DISTRITO FEDERAL

Ainda tramita na CFC pedido da senadora Heloísa Helena (PT-AL) para que a comissão investigue denúncias de grilagem envolvendo a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). Segundo a senadora, existem indícios de que a empresa vem permitindo que grupos privados obtenham grandes lucros com a venda de terras públicas. A CFC, entretanto, não votou o parecer sobre o assunto.



Trabalho da Comissão de Revitalização do São Francisco apontou caminhos para regularizar vazão e potencializar uso da água do rio. Importantes resultados também foram obtidos pela Subcomissão do Esporte, que termina o ano com avanços na legislação do setor.



Relatório final da comissão reafirma importância de política para regularizar vazão do rio

Comissão propõe medidas para salvar o São Francisco

Depois de 24 reuniões, das quais 12 em 2002, a Comissão de Acompanhamento do Projeto de Revitalização do Rio São Francisco concluiu, em seu relatório final, que é necessária uma definição urgente de estratégias e políticas para a construção de novas barragens de usos múltiplos na bacia do rio, com o objetivo de regularizar a sua vazão e potencializar a utilização da água.

Os senadores também reafirmaram a importância de ser traçada uma estratégia de política operacional para o setor de energia na Bacia Hidrográfica do São Francisco, visando assegurar a otimização do uso das águas, garantindo também condições de navegabilidade entre Pirapora (MG) e Petrolina (PE) e proporcionando segurança ao funcionamento de

projetos de irrigação.

Na avaliação da comissão, mais do que se preocupar com a poluição, o projeto, que propõe recuperar e revitalizar o Rio São Francisco, lançado em junho de 2001, deve estar voltado prioritariamente para medidas que contemplem o aumento na vazão dos cursos d'água na bacia.

Em seu relatório final, Waldeck Ornélas (PFL-BA) lembrou que foi necessária a experiência do racionamento de energia para que o poder público tomasse iniciativas para interromper a deterioração dos rios brasileiros – responsáveis pela geração de maior parte da energia elétrica do país.

A Comissão do São Francisco também denunciou o que teria sido falta de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional,

que no exercício de 2001 aplicou apenas 3,2% da dotação disponível (um total de R\$ 30 milhões) para o Projeto de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Por outro lado, a comissão, que teve como presidente o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), elogiou a aprovação, pelo Senado, da proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que instituiu o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. O fundo terá vigência de 20 anos e será constituído por 0,5% da arrecadação dos impostos de competência da União. Estima-se uma receita anual de R\$ 210 milhões, em valores de 2001.

Revitalização deve incluir a geração de empregos

A Comissão de Acompanhamento do Projeto de Revitalização do Rio São Francisco defendeu a necessidade de o projeto não se limitar aos aspectos estritamente ambientais. Os senadores querem que também sejam contempladas ações que contribuam para a superação do atual quadro social de pobreza que atinge a maior parte dos habitantes da bacia do rio.

– É consensual a noção de que a defesa do meio ambiente torna-se extremamente problemática quando a quase totalidade da população vive em condições de exclusão social – afirmou o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), relator da comissão.

Visando minimizar os problemas sociais dos habitantes da bacia do São Francisco, os senadores pro-

puseram a expansão da agricultura irrigada, principalmente a fruticultura, por sua elevada capacidade de gerar emprego. Os parlamentares querem que os órgãos governamentais, sobretudo a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), incentivem projetos voltados para pequenos produtores rurais.

Subcomissão do Esporte projetou nova legislação

A Subcomissão Permanente do Esporte, criada em abril de 2002 no âmbito da Comissão de Educação (CE), para buscar soluções para o esporte brasileiro, deve começar a analisar já no primeiro semestre de 2003 os efeitos da nova medida provisória (MP) editada pelo governo para disciplinar o setor, bem como o recém-criado Código de Defesa do Torcedor. A subcomissão trabalhou durante todo o primeiro semestre de 2002 com base no relatório da CPI do Futebol, elaborado pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

A principal audiência pública da Subcomissão do Esporte, no primeiro semestre deste ano, teve a participação do ministro do Esporte e Turismo, Caio Luiz de Carvalho, que na ocasião apresentou o esboço da medida provisória reeditada pelo governo em novembro de 2002. A MP cria uma Lei de Responsabilidade Social para o futebol, que dá a clubes de futebol profissionais, federações e à Confederação Brasileira de Futebol as mesmas responsabilidades fiscais, legais e contábeis das empresas comerciais.

A primeira MP foi alterada na Câmara dos Deputados pelo relator, deputado Ronaldo César Coelho (PSDB-RJ), que retirou a responsabilidade fiscal dessas entidades, o que, segundo o senador Geraldo Althoff, deturpou todo o espírito da lei proposta. Althoff conseguiu então que a MP fosse retirada e reeditada pelo governo:

– A CPI do Futebol encontrou

enormes irregularidades fiscais, cambiais, crimes como lavagem de dinheiro e evasão de divisas tanto em clubes como em federações. Um cipal de ilegalidades, sem qualquer controle do setor público e nem mesmo dos associados dessas entidades. Por isso, o nosso relatório sugeriu uma espécie de Lei de Responsabilidade Fiscal para o esporte, em que os dirigentes respondem criminalmente pelas irregularidades que cometerem à frente das entidades que comandam – disse Geraldo Althoff.

EMPRESAS

A medida provisória também estabelece a obrigação de que os clubes profissionais de futebol se estabeleçam como empresas, como sociedades anônimas. O senador Geraldo Althoff vai ter o mandato encerrado nesta legislatura, mas a radiografia que promoveu no futebol brasileiro e as saídas legais que propôs vão permitir melhor controle e administração do esporte brasileiro a partir de agora, conforme sua avaliação. O relatório Althoff da CPI do Futebol tornou-se uma referência para qualquer projeto de reforma do esporte brasileiro.

O senador Álvaro Dias (PDT-PR), que presidiu a CPI do Futebol, disse que vai continuar fiscalizando e acompanhando de perto a evolução do esporte a partir da nova legislação e das conclusões das investigações realizadas pela comissão sobre irregularidades no setor.



Célio Azevedo

Relatório de Althoff na CPI do Futebol é referência para reforma do esporte

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Siqueira Campos e Lindberg Cury